



**VITOR RAMALHO**  
Secretário-geral da UCCLA

## Angola não pode “desconseguir”

Os quarenta e cinco anos da independência de Angola foram marcados por uma grande influência exterior.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA e a ex-URSS sustentaram, por razões diferentes, o direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência.

Os propósitos hegemónicos de ambas cedo as conduziram a um confronto político na Europa e militar noutros Continentes por interpostos agentes.

Os partidos entretanto constituídos em África passaram a ser apoiados por uma ou outra mas nunca desinteressadamente.

Os EUA apoiaram a FNLA e com ela aliados africanos, como o ex-Zaire de Mobutu.

O MPLA, embora com intermitências foi apoiado pela ex-URSS que reforçou perto da independência, a prenunciar um conflito de grande intensidade.

À data da independência, outro partido constituído em 1965, a UNITA, sob direcção de Savimbi, haveria de se afirmar política e militarmente com muito maior força que a FNLA.

Savimbi sustentava que na luta armada os dirigentes deviam estar no interior do país, e para se consolidar, aplicava a frase adoptada pelo dirigente chinês Teng Tsao Ping, “não interessa se o gato é preto ou branco, o que interessa é que cace ratos”.

Na prática, a UNITA acabaria a ser o partido que, para se opor ao MPLA, estabeleceria taticamente acordos com o regime do apartheid da África do Sul e acabaria por beneficiar do reforço dos EUA.

A guerra colocou frente a frente por estes interpostos agentes, as duas superpotências e com a “vitória” da ex-URSS em Angola impôs-se um regime de partido único com o Estado decalcado sobre o modelo soviético, a economia planificada e as liberdades individuais cerceadas.

A guerra acabaria por marcar a sorte de Angola até 2002.

Outro destino teria tido o país se os dirigentes, particularmente do MPLA, tivessem ser rejeitado a tenaz.

Estes 27 anos de guerra marcaram este período e influenciaram o que se seguiu com a Perestroika, com sucessivos processos de paz a serem adiados até fevereiro de 2002.

Um conflito com estas proporções, envolvendo recursos avultadíssimos, foi internamente alimentado pelo MPLA e governo, pela exploração do petróleo que os dirigentes admitiram continuar sempre em valores elevados, propiciando vantagens ilegítimas e instalando a corrupção.

O 27 de Maio veio pôr a nu os efeitos de uma concepção desumana do poder, sendo dele vítima o povo angolano.

A sucessão de Agostinho Neto recaiu num jovem engenheiro que, por isso mesmo, se presumiu ser uma personalidade transitória.

A sua maneira de ser reservada e distante, aliada à gestão que imprimiu no equilíbrio de forças dentro do seu próprio partido, acabaria por o fazer impor.

Em novembro de 1989 o bloco soviético implode e

Eduardo dos Santos intui que os ventos estavam a soprar de outra forma.

Foi ao Zaire apertar a mão a Savimbi contribuindo para o início do processo de paz, preparando o repatriamento do contingente cubano e a saída dos sul-africanos.

A reconfiguração da África Austral concretizou-se com eleições na Namíbia, a resolução da situação no Zimbabwe, a inevitável libertação de Mandela e o desmantelamento do apartheid.

Era natural que o processo de paz conduzisse à desejada reconciliação dos angolanos, iniciando em Bicesse, que coincidiu com o 1º Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior, cuja importância está também por fazer e do qual tive a honra de ser co-organizador.

O processo de paz correu paredes meias com a revisão constitucional e a abertura democrática.

É distorção não reconhecer o papel de Eduardo dos Santos na construção da paz, e com ele a ulterior integração da UNITA na vida política e militar angolana até ao acordo de 2002, ano que, com uma conjuntura desfavorável a Savimbi, o vitimou.



**O país tem todas as condições para recriar a esperança no futuro e não pode de forma alguma “desconseguir”, uma vez que tem tudo...**

Após 2002, Eduardo dos Santos, o MPLA e o Governo, alicerçaram o desenvolvimento económico sem alteração do paradigma existente, continuando o orçamento de Estado a depender do petróleo.

A alegada diversificação da economia que exigia uma administração mais eficaz que atacasse as causas da corrupção, não teve lugar.

A continuação deste estado de coisas não era aceitável pela comunidade internacional que fez sentir a exigência da substituição de Eduardo dos Santos.

Consciente da longevidade do poder e que já não era possível inverter a situação, não teve outra solução que não fosse a que tomou – não se candidatar a um novo mandato.

Sendo inevitável foi e não foi uma surpresa a indignação do sucessor.

Foi surpresa se tivermos em atenção que Eduardo dos Santos havia substituído João Lourenço no cargo de secretário-geral do MPLA por Dino Matross.

Não foi uma surpresa se pensarmos que uma transição desta natureza seria melhor salvaguardada com um militar da geração seguinte à dos “mais velhos” e, no caso, pelo Ministro da Defesa.

A eleição de João Lourenço decorreu sem incidentes com reconhecimento da comunidade internacional, tendo o candidato defendido a luta contra a corrupção, a diversificação da economia e a adopção de mecanismos que não prescindissem de uma maior e diversificada abertura ao mundo.

A promessa de criação de milhares de empregos cedo se confrontou com a grave debilidade financeira do Estado, com os bancos em situação pré-falimentar e grande carência de divisas.

As respostas políticas que o Presidente foi dando numa situação muito complexa não geraram unidade de

pensamento no MPLA e no próprio executivo, com nomeações e alterações permanentes, agravando o descontentamento social induzido pelo desemprego, de que as mais recentes manifestações são reflexo.

A pandemia da Covid-19 que aumentou muito a quebra da actividade económica só poderia agravar este quadro, expondo ainda vulnerabilidades que já vinham de trás.

A situação tornou-se ainda mais complexa não sendo fácil conceber e executar um plano estratégico que responda ao atual estado das coisas.

Perante as grandes dificuldades existentes, fortemente agravadas com a pandemia, a margem de manobra de Angola passou a ser menor.

É importante que Angola alcance, no curto prazo, moratórias da dívida externa com prazos dilatados, para que as verbas disponíveis possibilitem serem afectadas em investimentos reprodutivos.

Numa primeira fase há que privilegiar o sector primário para a auto sustentabilidade do país, cuidando seriamente da questão social.

Estas prioridades são, porém, insuficientes se a máquina da administração pública não reforçar a eficiência, fundamental para que os investidores reganhem confiança no país.

Há ainda que olhar para as alianças e acordos a estabelecer neste quadro mundial multipolar tendo presente a região geográfica em que se integra, a especificidade multicultural e multiétnica com uma cultura popular invulgar, cruzada com povos e países de língua oficial portuguesa a aprofundar quando o país, no segundo semestre do próximo ano, assumir a presidência da CPLP.

Angola deverá ter ainda presente que o desenvolvimento não resulta das riquezas naturais que possui mas da capacidade em as transformar, princípio este que a conduz a ter de subordinar a economia à política com estratégia clara, os olhos postos no futuro e muita atenção à eficiência da administração.

O país tem todas as condições para recriar a esperança no futuro e não pode de forma alguma “desconseguir”, uma vez que tem tudo o que é necessário para alcançar a melhoria de bem-estar do seu povo. ■